

MATERNIDADE E SEGREGAÇÃO EM CONCEIÇÃO EVARISTO

Rafaela Kelsen Dias¹

RESUMO

Tendo em vista a urgência das discussões étnico-raciais e de gênero, propõe-se neste artigo a análise das estratégias empregadas pela autora Conceição Evaristo nos contos “Olhos d’água” e “Quantos filhos Natalina teve?”, a fim de desafiar os paradigmas identitários historicamente impostos às mães afrodescendentes, seja pela literatura, seja pela esfera social como um todo. Pautando-nos, especialmente, nas leituras pós-coloniais e feministas de autores como Bonnici (1998), SAID (1995), Spivak (2010) e Badinter (1985), traçamos como objetivo geral analisar o trabalho de humanização da mulher negra empreendido nos contos em questão e como objetivos específicos: a) identificar o olhar deturpado, misógino e racista com que a literatura canônica brasileira retrata a figura da mãe negra b) compreender a ótica e ética revisionistas propostas na literatura afro-brasileira em torno dos conceitos de gênero, raça e, especificamente, maternidade.

Palavras-chave: Afrodescendência. Maternidade. Literatura. Conceição Evaristo.

ABSTRACT

In this paper, based on the studies of authors such as Bonnici (1998), SAID (1995), Spivak (2010) and Badinter (1985), the researcher tries to present a feminist and postcolonial analysis of two short stories written by Conceição Evaristo: “Olhos d’água” and “Quantos filhos Natalina teve?”, taking into account the necessity of nourishing debates on race and gender relations. As we consider the representation of African Brazilian mothers within both narratives, we intend to examine the humanizing, anti-racist and anti-sexist projects that underlie Evaristo’s writing. At the same time, this paper aspires to identify the presence of misogyny and discrimination against African Brazilian mothers in Brazil’s literary canon. Finally, we try to understand the revisionism established by African Brazilian Literature on topics such as race, gender and motherhood.

Keywords: African descent. Motherhood. Literature. Conceição Evaristo.

¹ Doutoranda em Letras na Universidade Federal de Juiz de Fora. Técnica em Assuntos Educacionais no IFSUDESTEMG. E-mail: rafakelsen@gmail.com

Introdução

Reservadas as singularidades locais, é efetivamente possível estabelecer paralelos entre as práticas de escravidão negra assentadas ao longo das Américas. Para além dos processos de colonização, que tiveram igualmente no africano o combustível maior de seu engenho, percebe-se que no espaço contemporâneo os países do novo mundo experimentam de forma similar o ranço deixado pelo sistema escravagista.

Sem grandes esforços, o diagnóstico formulado por W.E.B. Du Bois (1999) no alvorecer do século XX pode ser estendido à realidade que hoje acomete tanto os negros estadunidenses quanto aqueles que residem nos países da América Latina e do Caribe. De forma análoga, as populações afrodescendentes desses países continuam a ser encobertas por um “véu”, que as isola e as inferioriza em relação aos brancos em aspectos socioeconômicos, políticos e identitários (DU BOIS, 1999, p. 53).

Destacadas essas convergências, é preciso reconhecer, no entanto, as distintas facetas que incorpora o racismo ao longo do Atlântico. Neste artigo, especificamente, interessa-nos discutir as implicações do “racismo à brasileira” na representação social de um arquétipo em particular: a mãe negra. Sem prescindir do diálogo entre os feminismos negros nas Américas, a discussão que aqui se desenrola será conduzida pela leitura de dois contos de Conceição Evaristo: “Olhos d’água” e “Quantos filhos Natalina teve?”².

Partindo das concepções estigmatizadas da maternidade negra no cânon literário brasileiro, objetiva-se argumentar sobre a emergência de uma resposta humanizante e pós-colonial nas figuras maternas delineadas nas narrativas em questão.

Neste momento, é preciso esclarecer que o conceito de literatura pós-colonial por nós sustentado diz respeito às escritas “dos povos colonizados pelas

² Os dois contos estão presentes na antologia *Olhos d’água* publicada em 2014.

potências europeias entre o século XV e XX” (BONICCI, 1998, p. 9). Ainda, para além dessa experiência de colonização, interessa-nos na escrita pós-colonial e, sobretudo, na escrita pós-colonial de Conceição Evaristo, verificar a evidência das relações entre cultura e imperialismo (SAID, 1995) e a utilização da língua e do próprio espaço do colonizador a fim de alcançar a independência plena (ASHCROFT et al., 1991).

Antes de passar à análise de tais aspectos nos contos selecionados, no entanto, é preciso pensar o contexto que possibilita e ao mesmo tempo obriga a instituição de práticas descolonizantes e emancipadoras dentro da escrita de Evaristo.

Do preconceito mestiço à escrita enegrecida

Nos diversos estudos sociológicos destinados à análise das relações raciais no Brasil, há quase unanimidade em se reconhecer: a medida de inclusão ou discriminação racial em nossa sociedade dá-se antes pela cor da pele do que pela própria ascendência do indivíduo. Logo, nesse país que iniciou sua frenética miscigenação há séculos e que dispõe de uma incrível antologia “cromática” de classificações raciais³, torna-se muitas vezes controverso o estudo do preconceito de cor, de seus mecanismos e desdobramentos.

Se, para alguns pesquisadores, essa realidade miscigenada é um óbice para a real instituição de um movimento negro no Brasil (RISÉRIO, 2007), para outros, o discurso a favor da *melting pot* brasileira esconde um único desejo: a aproximação do ideal de branquidão (NASCIMENTO, 2003). Para Elisa Nascimento, o abrigo instituído por esse estatuto da mestiçagem será o artifício ideal para o alcance de dois fins:

³ Henry Louis Gates Jr, no episódio *Brazil: A Racial Paradise*, da série *Black in Latin America*, afirma existirem 134 subdivisões de cor de pele negra no Brasil.

primeiro, a negação de uma ascendência africana e, segundo, a omissão da permanência de ideologias racistas no país.

A despeito da paulatina multiplicação de perspectivas como as de Nascimento, ainda vigora nacionalmente uma espécie de discurso bem menos alarmante, promulgada desde Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala* (1933). Na obra, procurando superar o paradigma racial em sua análise da formação da sociedade brasileira, Freyre apresenta uma compreensão positiva do processo de miscigenação, apontando-o como aspecto chave para a suposta harmonia étnica aqui instituída:

Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical: entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 1980, p. IX)

Para a concepção desse cenário utópico, não se pode negar o papel essencial da mulher mestiça. Será ela, invariavelmente, o símbolo da democracia de raças aqui propalada. Preferência do “homem cordial”: o mito da mulata faceira e lasciva irá consagrar-se como representação de uma brasilidade proibida e ideal:

Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. (FREYRE, 1980, p. 10)

Como se sabe, na atualidade, são muitos os esforços para que esses paradigmas deixem de ser vistos enquanto retrato da subjetividade negra e passem a ser entendidos enquanto discursos situados historicamente e entrecortados por relações de poder. Notadamente, essa ótica pós-colonial, na medida em que reescreve as narrativas do Império (BONNICI, 1998), exercerá atuação marcante dentro da esfera literária.

No contexto brasileiro, especificamente, será possível destacar a produção de uma série de escritores, dentre eles Conceição Evaristo, comprometidos com a problematização do lugar do negro em sociedade. Deve-se reconhecer, é claro, que a luta social desses autores será entremeada pela batalha que empreendem no próprio espaço literário. Tácita e declaradamente classificados como representantes de uma literatura menor, eles terão de buscar também para a sua escrita um território de libertação.

Conforme indica a crítica especializada, não há, ainda hoje, uma definição pacífica acerca desse novo espaço: literatura negra, afrodescendente ou afro-brasileira? Tampouco há concordância sobre seus projetos e traços distintivos: inserção e futura indiscriminação do negro no universo literário brasileiro (PROENÇA FILHO, 2010); reivindicação perante a prática do racismo (CUTI, 2010) ou expressão de “um ponto de vista (...) política e culturalmente identificado à afrodescendência, com fim e começo” (DUARTE & FONSECA, 2011, p. 385).

Em detrimento de todas essas indefinições, acredita-se que as obras que constituiriam o conjunto literário afro-brasileiro apresentam, via de regra, um traço que as distingue e destaca no cenário literário nacional, qual seja: a demarcação do sujeito autoral. Ao apontar a experiência vivida pela população negra brasileira, grande parte dos autores dessas obras não está a representar algo que lhes é externo. A dor, o

fascínio e as crenças retratados nesses textos serão reiterada e declaradamente matizes das reminiscências individuais e sociais de seus próprios escritores.

Evidenciando o contemporâneo movimento de renascimento do autor, eles ratificam a possibilidade da literatura enquanto *locus* de enunciação engajado a determinado projeto político. Para além disso, ao denunciar as mazelas da população negra e ao lhes apontar alternativas, esses textos afirmam a escrita literária como parte efetiva da rede de poder anunciada por Michel Foucault (1993) e, portanto, como força ativa na fundação dos sujeitos. Afinal, “o poder é produtivo de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber” (FOUCAULT, 1993, p. XIX).

Todas essas concepções serão essenciais para se pensar especialmente a representação das mulheres afro-brasileiras dentro do universo literário. Se o discurso funda subjetividades, para a mulher negra, no seio da literatura canônica brasileira, não se erige uma imagem mais acentuada do que a da mulata, depreciativamente concebida pela pena do colonizador:

Via de regra desgarrada da família, sem pai nem mãe, e destinada ao prazer isento de compromissos, a mulata construída pela literatura brasileira tem sua configuração marcada pelo signo da *mulier fornicaria* da tradição europeia, ser noturno e carnal, avatar da meretriz (DUARTE, 2010, p. 6).

A fim de destronar tal paradigma, inaugura-se a partir das escritoras negras um movimento de auto representação. Tendo sido seu brado historicamente abafado pelas vias da raça e do sexo, essas autoras contemporâneas encontrarão na literatura (agora concebida por suas próprias mãos) uma possibilidade de luta contra os estigmas sociais.

Tal movimento, obviamente, não consiste simplesmente em apontar ou criticar o espírito colonizador mantido em sociedade e no âmbito literário brasileiro.

Trata-se também de reivindicar a voz própria, a experiência intransferível, a “escre(vivência)” (EVARISTO, 2005), enfim, que apenas a mulher negra é capaz de ofertar em torno da subjetividade afro-feminina. Aqui o “corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do ‘outro’ como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve” (EVARISTO, 2005, p. 54).

Nesse ato de auto descrição (e inscrição) literária, são apagados e ressignificados os traços de animalidade, promiscuidade e imoralidade continuamente atrelados à mulher negra. Também, em nítida convergência com o que apregoa o feminismo negro despontado nos Estados Unidos, muitas dessas obras irão singularizar a experiência de gênero da mulher afrodescendente. Partindo da premissa de que as escolhas das mulheres negras são nulas se comparadas àquelas apresentadas às brancas, autoras como Conceição Evaristo, Miram Alves e Geni Guimarães abandonam o falso ideal feminista de opressão comum (hooks, 2000) e investem no delinear de uma resistência única, nascida a partir da fusão de opressões de gênero e raça.

A fim de apontar na ficção essas experiências de resistência feminina e negra, as autoras afrodescendentes irão problematizar diversos eixos identitários. Dentre tais eixos, a maternidade será um dos mais proeminentes. Partindo de representações deturpadas da mãe negra dentro do cânon literário nacional, investe-se em um contra discurso que concebe a possibilidade de maternidade às mulheres negras e, nesse movimento, as humaniza sob a ótica literária e sociocultural.

Diante dessa nova configuração discursiva que se coloca no âmbito literário e no cenário das relações étnico-raciais, propõe-se a seguir a análise da representação da mãe negra em dois contos de Conceição Evaristo: “Olhos d’água” e “Quantos filhos Natalina teve?”.

Negra e mãe: lugares marcados, discursos realocados

No ensaio *Da representação à auto-representação da mulher negra na Literatura Brasileira*, Conceição Evaristo irá identificar uma ausência axial dentro do universo literário nacional, qual seja: a figura da mãe negra. Na definição da autora:

Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra. Quanto à mãe preta, aquela que causa comiseração ao poeta, cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus. Na ficção, quase sempre, as mulheres negras surgem como infecundas e portanto perigosas. (EVARISTO, 2005, p. 53)

O diagnóstico da autora, ratificado por Duarte (2010), será de fato uma marca da produção literária nacional. Excetuados os textos produzidos a partir de uma consciência étnico-racial, serão raras as obras em que a experiência materna é efetivamente incorporada e problematizada em personagens negras. Como argumenta Evaristo ([s.d.], p. 2), se no imaginário cristão e ocidental a salvação da mulher dá-se pela maternidade, “a ausência de tal representação para a mulher negra, acaba por [fixá-la] no lugar de um mal não redimido”.

Notadamente, essa segregação dar-se-á pela imposição de dois destinos a essas personagens. Quando encerradas em perspectivas míticas de uma suposta incontinência sexual, as mulheres negras de nossa literatura virão castigadas pelo fado da esterilidade. De Gregório de Matos a Jorge Amado; da mulata faceira em versos àquela narrada no apelo libidinoso de Rita Baiana, legitima-se um único e incongruente movimento: a negação de uma prole àquelas enredadas por um folclórico apelo sexual.

(...) por mais que façam sexo, situam-se estrategicamente distantes da fecundação. Tal recorrência em certa medida contradiz a vinculação simbólica da mulher com a terra, “em que

se plantando tudo dá”, para ficarmos com os termos da Carta de Pero Vaz Caminha. (DUARTE, 2010, p. 10)

Paralelamente, quando não condenada por uma tácita infecundidade, a maternidade das mulheres negras será encurralada em outro personagem: a mãe preta ou ama de leite. Fadadas a ninar os da casa grande e abdicar de seus próprios rebentos, essas exímias contadoras de histórias serão absolvidas de seus pecados pelo cuidado e amor dedicados aos filhos de seus senhores e algozes. *Ternamente* lembradas nos versos de Augusto dos Anjos, as histórias dessas “Sherazade[s] negra[s] e sem dentes” ecoarão ainda nas palavras de Manuel Bandeira, Drummond, José Lins do Rego, entre outros autores do século XX. (RONCADOR, 2008, p. 142)

Como nos previne Sônia Roncador (2008), apesar do estado de harmonia que toda essa ternura faz crer, haverá nas representações da mãe preta duas tendências nocivas. Além da expressa negação da maternidade biológica às mulheres negras, a proliferação dessas memórias evidencia a vinculação de nossa elite literária aos ideais da sociedade escravocrata. Tratar com melancolia a aparente extinção das mães pretas em nosso contexto social é revelar a nostalgia por uma determinada “tradição (aristocrática)” (RONCADOR, 2008, p.131). Tradição essa arditamente regida pelas elites brasileiras e imposta especialmente aos negros “domesticados”, como evidenciam as palavras de José Lins do Rego:

Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas trabalhavam de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos. (REGO, 2008, p. 83-84)

Atenta a esse movimento de conversão da alteridade em negatividade, Conceição Evaristo irá intentar uma via sensivelmente contrária nos contos “Olhos d’água” e “Quantos filhos Natalina teve?”. Mais do que legitimar a experiência materna em corpos afrodescendentes, os dois enredos irão consolidar a figura da mãe como personagem elementar para a subsistência e resistência das famílias negras.

No primeiro dos contos aqui abordados, “Quantos filhos Natalina teve?”, tem-se como protagonista uma mulher afrodescendente que estreia no campo da maternidade em plena adolescência. Vítima de uma parca condição socioeconômica, de uma formação escolar precária e de um sistema de saúde omissivo, Natalina será incentivada pela mãe a abortar clandestinamente seu primeiro filho. De forma não surpreendente, a mãe da protagonista também houvera experimentado no passado as mesmas aflições. Ela bem sabia “o valor da vida e o valor da morte” (EVARISTO, 2014, p. 44).

Enredada pelo medo de Sá Praxedes, a parteira que “comia bebês”, Natalina foge de casa. Sem nada que a ligasse afetivamente à criança, ela entregará o recém-nascido à enfermeira que realiza o parto. Anos mais tarde, Natalina esboçará o mesmo desprendimento ao engravidar de seu segundo filho. Mesmo perante a comoção do pai da criança. Mesmo diante da promessa de casamento, destino que o companheiro Tonho acreditava ser o “modo de uma mulher ser feliz” (EVARISTO, 2014, p. 46), Natalina rejeita a maternidade, rejeita a formação familiar que a condição de mãe novamente lhe impunha.

Já o terceiro rebento, cria de um ventre habituado a gerar e expulsar frutos indesejados, nascerá filho dos donos da casa em que trabalhava como empregada doméstica. A partir do pedido de sua patroa, estéril, a protagonista deita-se com o patrão, a fim de gerar-lhes o primeiro herdeiro:

Não entendeu porque aquela mulher se desesperava e se envergonhava tanto por não ter um filho. Tudo certo. Deitaria com o patrão, sem paga alguma, tantas vezes quanto fosse preciso. Deitaria com ele até a outra se engravidar, até a outra encontrar no fundo de um útero, que não o seu, algum bebê perdido no limiar de um tempo que só a velha Praxedes conhecia. (EVARISTO, 2014, p. 46)

Uma vez mais, nascida a criança, Natalina a confia a mãos efetivamente desejosas do ofício materno. Todo esse desprezo, todavia, será ressignificado a partir da quarta gravidez da heroína. Resultado de um ato de estupro, o qual culmina com o assassinato do agressor por Natalina, o quarto filho será o único de fato assumido por ela. Sem dever explicações ou obediências a ninguém, “agora teria um filho só seu, sem ameaça de pai, de mãe, de Sá Praxedes, de companheiro algum e de patrões. E haveria de ensinar para ele que a vida é viver e é morrer. É gerar e é matar ” (EVARISTO, 2014, p. 49).

Todo esse percurso conflituoso percorrido por Natalina nas veredas da maternidade certamente lança uma perspectiva renovada sobre a condição social da mãe negra. Aqui, o abandono da prole não é julgado simplesmente como conduta de um ser desnaturado, incapaz de obedecer aos ditames de um pretense instinto materno. Na realidade, a rejeição da maternidade neste enredo traz em seu bojo o questionamento de toda uma ideologia sociocultural.

Se em fins do século XVIII erige-se a figura da mãe devota e fiel, calcada no parâmetro da Virgem Maria (BADINTER, 1985), neste conto indaga-se a viabilidade de incorporação de tal perfil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Detentora de um corpo que se faz doutrinado pelos pais, companheiros e brancos patrões, Natalina não vislumbra a possibilidade de experimentar uma maternidade idealizada, longe da crueza da fome e da servidão feminina. Ela terá ciência de que a

identidade materna, vista como vergonha ou glória, seria condição chave para que fossem mantidas as tutelas sobre seu corpo negro.

Ironicamente, apenas o insólito ato de abuso sexual dará à Natalina a liberdade para se assumir enquanto mãe. Sem pai, nem história, nem herança de submissão, o fruto daquela violência apresentava-se como esperança de posteridade para Natalina. Filho da dor, o último filho seria também a nascente de uma resiliência apenas concebível em contextos de extrema dominação: “Estava feliz. O filho estava para arrebentar no mundo a qualquer hora. Estava ansiosa para olhar aquele filho e não ver a marca de ninguém, talvez nem dela. Estava feliz só e consigo mesma” (EVARISTO, 2014, p. 50).

Essa resistência maternal e solitária será, destacadamente, o grande alicerce das famílias concebidas pela escrita de Conceição Evaristo. Na mesma antologia em que figura “Quantos filhos Natalina teve?”, acreditamos ser o conto “Olhos d’água” o que mais profundamente metaforiza esse estoicismo das mães evaristianas.

Na história em questão, somos apresentados às memórias de uma mulher adulta em torno de sua mãe. Descrevendo a admiração que sentia por aquela que a criou junto a outras sete irmãs, a protagonista irá enfatizar o heroísmo de sua genitora, que, sozinha, conseguiu conferir ludicidade e leveza à infância de suas filhas, mesmo em meio à aspereza da fome:

Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. (...) E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. Nessas ocasiões a brincadeira preferida era aquela em que a mãe era a Senhora, a Rainha. Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes, colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. As flores eram depois solenemente distribuídas

por seus cabelos, braços e colo. E diante dela fazíamos reverências à Senhora. (EVARISTO, 2014, p. 16-17)

Percebe-se aqui o corroborar de uma das grandes teses de Evaristo. Para a autora, a força será de fato uma característica emblemática da mulher negra. Característica essa que não se manifesta de maneira nata, mas que se desenvolve como resposta aos inúmeros percalços a que são submetidas aquelas de pele escura. Toda essa sorte de contratempos é suavizada pela criatividade e astúcia da mãe retratada em "Olhos d'água". No entanto, apesar de atenuadas, as dores nunca irão se esvaír por completo. Procurando lembrar a cor dos olhos de sua mãe, a heroína desta história irá ao encontro de sua genitora, quando desvendará o refúgio de toda a glória e dor maternas:

(...) pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi?
Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era a cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. (EVARISTO, 2014, p. 18)

É relevante notar que os mesmos olhos d'água identificados pela protagonista em sua mãe, serão também, ao final do conto, descobertos por sua própria filha em seus olhos. Herança das mulheres negras, a "cor úmida" no olhar será a tela em que se vislumbram as feridas de um corpo que, paradoxalmente, persevera na luta por dignidade. Essas lágrimas matrilineares, portanto, não serão expressão da vulnerabilidade, mas sim o líquido que fecunda práticas de resistência. Se a liberdade

plena não é hoje uma realidade possível, sempre por meio do olhar materno, sonha-se e disputa-se a emancipação para as filhas que o Atlântico ainda há de parir.

Considerações finais

Dados esses apontamentos, é momento de fixar em nossa argumentação o que acreditamos ser o lugar e os efeitos desses olhos maternos, negros e marejados no contexto literário brasileiro. As mesmas águas claras, correntes e profundas expressas nas mães de "Olhos d'água" podem ser presumidas no olhar de Natalina, Ponciá, Vó Rita e outras tantas mães concebidas na teia narrativa de Evaristo e de suas consortes no cenário literário nacional. Assim como uma onda que se propaga, essas águas e vozes afrodescendentes hoje ecoam seu apelo materno no mesmo oceano outrora escrito e monopolizado por homens brancos.

Se a cultura, para teóricos pós-colonistas como Edward Said, é considerada como instância maior das práticas de dominação e empoderamento, Evaristo refuta a literatura como *locus* de estigmatização da mulher, para convertê-la em espaço de veiculação das verdades não ditas pelo discurso sexista e racista do colonizador. Partindo da premissa de que a mulher é ser duplamente subjugado nos contextos de colonização (SPIVAK, 2010), a autora de *Olhos d'água* nos traz as lágrimas femininas e negras maquiadas pela história oficial.

O choro embargado, contraposto à alegria leviana da mulata faceira ou ao afeto regojizante da ama de leite, certamente surge como movimento inaugural e transgressor na literatura e na sociedade em que vivemos. Essas lágrimas são as águas capazes de lavar os estigmas com que ainda se pinta o corpo da mãe negra na poética e imaginário brasileiros. São também essas as promissoras correntes com as quais se batizam, revelam e humanizam os ventres continuamente negados no discurso

colonizador. Recusando-se a recontar as histórias que outrora ninaram os da casa-grande, as negras mães nos contam hoje seus corpos-história e, entre reminiscências do horror e do sagrado, "em baixa voz, violent[am] os tímpanos do mundo" (EVARISTO, 2008).

REFERÊNCIAS

ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth, TIFFIN, Helen. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. London: Routledge, 1991.

BADINTER, Elizabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo, Selo Negro, 2010.

DUARTE, Eduardo Assis & FONSECA, Maria Nazaré (orgs.) **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DUARTE, Eduardo Assis. "Mulheres Marcadas: literatura, gênero, etnicidade". In: DUARTE, E.A; DUARTE, C.L; ALEXANDRE, M.M.(orgs). **Falas do outro: literatura gênero, etnicidade**. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA; 2010.p.24-37.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da Gente Negra**. Trad. Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

EVARISTO, Conceição. Eu-Mulher. In: QUILOMBHOJE (Org.). **Cadernos negros: Os melhores poemas**. São Paulo: Quilomboje, 2008, p.41.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e Etnia: uma escre(vivência) da dupla face**. Disponível em: <<http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivencia-de.html>>. Acesso em 24 de ago. de 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.

GATES JR, Henry Louis. **Black in Latin America E02, Brazil: A Racial Paradise**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Gh7c46U5hhY>>. Acesso em 03 de dez. de 2016.

HOOKS, bell. **Feminist Theory**. From margin to center. Second Edition. London: Pluto Press, 2000.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de A. (org.). **Um tigre na floresta de signos**. Estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2010. p. 43-71.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 94. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

RISÉRIO, Antônio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília: UNB, n. 31, p. 129 -152, 2008.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

DIAS, Rafaela Kelsen. Maternidade e segregação em conceição evaristo. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde, v. 20, jan./abr., p. 105-121, 2016.

Recebido: 25.10.2016 – **Aprovado:** 20.11.2016